



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE  
REMANESCENTE DE QUILOMBO VILA GUAXINIM, EM CRUZ DAS ALMAS- BA

LARISSA SILVEIRA SANTIAGO

CACHOEIRA-BA  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LARISSA SILVEIRA SANTIAGO

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE  
REMANESCENTE DE QUILOMBO VILA GUAXINIM, EM CRUZ DAS ALMAS- BA

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no semestre 2018.1, enquanto pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.  
Orientador: Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior

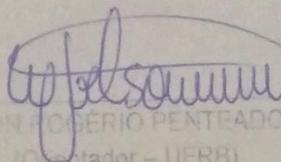
CACHOEIRA-BA  
2018

LARISSA SILVEIRA SANTIAGO

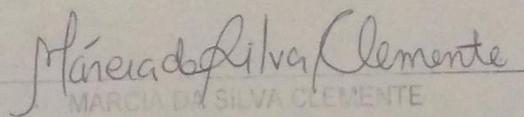
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NA COMUNIDADE  
REMANESCENTE DE QUILOMBO VILA GUAXINIM, EM CRUZ DAS ALMAS- BA

Cachoeira - BA, aprovada em 06/09/2018.

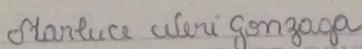
BANCA EXAMINADORA



Prof. WILSON ROGERIO PENTEADO JÚNIOR  
(Orientador - UFRB)



MARCIA DA SILVA CLEMENTE  
(Membro 1 - UFRB)



MARLUCE NERI GONZAGA  
(Membro 2 - UFRB)

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, porém, todas as dificuldades enfrentadas durante minha trajetória acadêmica não superam a emoção e a alegria de poder realizar o sonho de concluir meu ensino superior e ter meus pais, com vida e saúde para poder dividir comigo este momento maravilhoso, que também sempre foi um sonho deles, afinal, como diz a canção de Raul Seixas “sonho que se sonha junto é realidade” (Raul seixas, Prelúdio, 1974). Então, pai, mãe, esta conquista é para vocês!

Não poderia deixar de agradecer ao meu grandioso Deus por me permitir viver este momento ao lado de pessoas tão queridas e amadas.

Agradeço aos meus pais por todo apoio e incentivo. Serei sempre grata pelo carinho e amor que dedicaram a mim e agradeço aos meus pais emprestados, Ana e Geraldo, primeiramente, por fazerem felizes as pessoas que mais amo nessa vida, segundo por terem destinado a mim um pouco de seu carinho e cuidado.

Agradeço à minha irmã Lavínia pela sua existência que me trouxe tantos ensinamentos e que me ensinou o que era amor verdadeiro, desde que ainda era uma sementinha no ventre de minha mãe, hoje sei que apesar de nossas diferenças, teremos sempre uma à outra!

Agradeço a Deus também pela existência de minha irmã Yrlana, que chegou de repente, revirou tudo de ponta a cabeça, mas me fez descobrir que só o amor é capaz de nos fazer vencer qualquer dificuldade.

Agradeço às minhas tias Magali, Viviane e Tatiane que também sonharam esse sonho junto comigo e aos meus primos e primas, desejo de coração poder inspirá-los a correr atrás de seus sonhos, amo todos vocês!

Agradeço ao meu amado namorado Júnior por todo amor e incentivo que dedicou a mim em todos esses anos que estivemos juntos e por ter sido meu porto seguro nos momentos mais complicados da minha vida! Espero que Deus nos permita compartilhar muitas e muitas conquistas e sonhos juntos!

À minha família de Jacobina, que me adotou e com quem sei que sempre poderei contar, independente da distância. Em especial, às mulheres marimbondo, Lara, Tamara e Dona Eliene, por todo apoio, carinho e atenção de sempre.

Às minhas amigas da universidade, que caminharam lado a lado comigo durante esses quatro anos e fizeram o meu fardo mais leve. Eu agradeço pelas conversas, pelo companheirismo, pelas risadas e pelo dominó, que sempre distraía nos momentos de tensão e que virou a nossa marca registrada. Enfim, espero ter significado para vocês um pouquinho do tanto que vocês significaram para mim.

Agradeço ao meu orientador Wilson por todo empenho e compreensão dedicados durante a construção deste trabalho, que representa tanto para mim.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho!

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANQ</b>	Articulação Nacional dos Quilombos
<b>AGRUFBA</b>	Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CONAC</b>	Conselho Acadêmico
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>IAL</b>	Instituto Agrônômico do Leste
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PBP</b>	Programa Bolsa Permanência
<b>PNAES</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>ProUni</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>SEPPIR</b>	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFRB</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (Em %)(Brasil, 2001)	43
<b>Tabela 1</b>	População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (Em %)(Brasil, 2012)	43

## RESUMO

Este estudo objetiva compreender os aspectos sócio-políticos e culturais presentes no processo de construção da identidade étnica na comunidade remanescente de quilombo Vila Guaxinim, situada no município de Cruz das Almas-BA, a partir de uma análise de como o acionamento da memória coletiva e da resistência foram importantes na luta por seu território e de que forma o seu reconhecimento resultou na emergência de novos sujeitos de direitos. Logo, este estudo pode vir a ser um instrumento de fortalecimento da autoestima e da identidade quilombola da comunidade, pois revela informações a respeito da história, das especificidades, das demandas e das lutas de uma comunidade do recôncavo da Bahia pelo acesso e garantia de direitos sociais. O presente estudo se constitui a partir de uma perspectiva qualitativa e serviu-se de entrevistas semiestruturadas e observação participante com os moradores da comunidade e agentes externos que estiveram envolvidos no processo de certificação, a fim de compreender como ocorreu a construção da identidade quilombola na comunidade remanescente de quilombo Vila Guaxinim, bem como a importância de tal reconhecimento no contexto vivido.

**PALAVRAS- CHAVE:** Identidade Étnica, Comunidade Quilombola, Vila Guaxinim, Cruz das Almas-BA, Reconhecimento.

## **ABSTRACT**

This study aims to understand the social and political aspects present in the process of construction of ethnic identity in the remaining community of quilombo Vila Guaxinim, from an analysis of how the activation of collective memory and resistance were important in the struggle for its territory and that recognition resulted in the emergence of new subjects of rights. Therefore, this study reveals itself as an instrument for strengthening the community's self-esteem and quilombola identity, as it reveals information about the history, specificities, demands and struggles of a community in the Bahia state of Bahia for access to and guarantee of social rights. The present study is based on a qualitative perspective, using semi-structured interviews and participant observation with community residents and external agents who were involved in the certification process in order to understand how it happened the construction of the quilombola identity in the remaining community of quilombo Vila Guaxinim, as well as its importance in the lived context.

**KEY WORDS:** Ethnic Identity, Quilombola Community, Vila Guaxinim, Cruz das Almas-BA, Recognition.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. IDENTIDADE QUILOMBOLA, RECONHECIMENTO E CIDADANIA.....	15
3. CONHECENDO A VILA GUAXINIM.....	22
4. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VILA.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
7. ANEXOS.....	55

## 1. INTRODUÇÃO

A comunidade remanescente de quilombo Vila Guaxinim está localizada no município de Cruz das Almas- BA, mais precisamente no entorno do campus sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Tal comunidade existe há mais de 70 anos e foi fundada quando a família do senhor Luiz Santana veio para o local em busca de trabalho.

A partir de 2011 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou um estudo sócio antropológico para reconhecimento e certificação da comunidade. A certificação só foi concedida em 2013 e desde então a comunidade, que até aquele momento era conhecida como Vila, passou a se chamar Vila Guaxinim, em homenagem ao Senhor Luiz Santana, apelidado de Luiz Guaxinim, por ser um dos primeiros moradores da comunidade.

O fato de a comunidade existir nos limites fronteiriços com o campus da Universidade, fez com que surgissem diversos conflitos envolvendo a mesma. Primeiro, porque antes da certificação da comunidade, a UFRB tinha planos de retirada dos moradores daquele local, por se tratar de uma terra da União, o que implicou em muita insegurança para os moradores, que já haviam sido proibidos de plantar e criar animais, antes utilizados para sua subsistência e geração de renda, e que agora se deparavam com a necessidade de abandonar o lugar de origem, sem saber ao certo para onde seriam realocados. As lideranças locais já haviam sido convidadas para dialogar com a Universidade e participar deste processo de realocação, no entanto, após o estudo sócio antropológico, o INCRA reconheceu aquelas terras como parte da comunidade, contudo a sua titulação não pode ocorrer sem que haja um acordo entre as duas partes (comunidade e UFRB).

É neste momento de insegurança que a comunidade começa a estabelecer um elo indissociável entre a resistência e a relação com a terra, mobilizando-se coletivamente em torno de uma associação e em busca do diálogo com a Universidade e com as instituições públicas para lutar pelo seu território, pela própria sobrevivência e pela efetivação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988), que afirma o dever do Estado na garantia da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo.

É também em meio a estas manifestações que a comunidade reafirma sua identidade étnica, na luta pelo reconhecimento de sua existência e pela legitimação do uso material e simbólico de seu território. Quanto a isto, Simone Silva (2012) assevera que:

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho (SILVA, 2012, p. 7).

Enquanto moradora da comunidade, pude acompanhar o seu processo de reconhecimento e as demandas emergentes em seu interior. Esta experiência me permitiu identificar na comunidade um cenário onde atores sociais se organizam para reivindicar um espaço, carregado de simbologias, no qual – e pelo qual – eles garantem sua reprodução física, material e cultural: o território. É nesta relação com esse território que surgem as manifestações sociais que aqui serão analisadas.

Ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio poder público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de cima para baixo (SILVA, 2012:7).

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Sendo assim, no primeiro capítulo elucidado alguns conceitos que nortearam esta pesquisa, como por exemplo, o conceito de remanescentes de quilombo, territórios, identidade, raças e etnia. O segundo capítulo tem como objetivo apresentar o histórico da Vila Guaxinim, subsidiado por depoimentos de moradores antigos da comunidade, inclusive os familiares do senhor Luiz Guaxinim. A grande quantidade de trechos de entrevistas nesse capítulo representa a pluralidade de vozes que colaboraram

na construção dessa narrativa sobre a história da comunidade e sua etnogênese<sup>1</sup>, por meio da revelação de suas memórias de vida. No terceiro capítulo busquei compreender quais fatores contribuíram na construção da identidade quilombola da comunidade, através de entrevistas com pessoas envolvidas nesse processo de certificação em 2013, fazendo também uma análise a respeito da mobilização da comunidade nos dias atuais, quais políticas públicas estão sendo acessadas e o que mudou em seu cotidiano desde o seu reconhecimento. Para tanto, foi necessário entrevistar a própria presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo Vila Guaxinim, por se tratar de uma pessoa que participa ativamente de seu cotidiano.

Neste sentido, é importante destacar que esta pesquisa se constitui a partir de uma perspectiva qualitativa, servindo-se, especialmente, das técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas com os moradores da Vila Guaxinim e com aqueles que contribuíram em seu processo de reconhecimento.

A opção por desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo se deu pelo fato de permitir uma apreensão dos elementos históricos, sociais e culturais, bem como a compreensão dos significados imbricados no contexto em que a Vila Guaxinim se encontra envolvida, possibilitando a penetração no universo das relações coletivas e individuais que marcam seu cotidiano e, assim, atingir o objetivo central da pesquisa que consiste em compreender o processo de construção étnica da referida comunidade e sua importância no contexto vivido.

Neste sentido, e nos guiando pelo pensamento de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), entendemos que o exercício do “olhar” e do “ouvir” são fundamentais numa pesquisa como esta, de cunho qualitativo, posto que desempenham papéis primordiais na obtenção dos dados. É através do olhar que o pesquisador observa o objeto de investigação previamente construído por ele como por uma espécie de prisma, permitindo sua refração e a compreensão de seus elementos visuais. O ouvir, por sua vez, complementa o olhar, permitindo a apreensão de informações importantes de depoimentos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, alcançáveis através de uma escuta atenta inserida num processo dialógico constantemente negociado.

---

<sup>1</sup>Processo de construção social da identidade étnica.

Além do trabalho de campo, envolvendo observação participante e realização de entrevistas, esta pesquisa se serve de estudo bibliográfico sobre temas e questões relacionadas à realidade das comunidades remanescentes de quilombo (tais como etnicidade, memória, identidade étnico-racial, territorialidades e outros). Além do estudo sobre diversas referências bibliográficas, a pesquisa também se pauta em referências documentais, como o relatório enviado ao INCRA para o reconhecimento da comunidade.

Sobre o processo de observação participante, cabe salientar que este se deu no próprio cotidiano da comunidade, a partir de minhas próprias vivências, sendo esta pesquisadora, moradora e atuante na comunidade, onde busquei desenvolver, de acordo com os objetivos da pesquisa, um olhar questionador, de estranhamento, buscando a desnaturalização de questões e dados da vida social na Vila Guaxinim e uma maior compreensão interpretativa de sua organização.

As entrevistas<sup>2</sup> ocorreram em três etapas distintas, de acordo com os objetivos de cada capítulo e a seleção dos entrevistados se deu mediante a indicação da presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo Vila Guaxinim ou sugestão dos próprios moradores e, foram gravadas em áudio e vídeo, em seguida, transcritos e sistematizados. As entrevistas foram realizadas individualmente, no entanto, em alguns casos houve a presença de um ou outro visitante que colaborou com as entrevistas ao incentivar as lembranças da pessoa entrevistada. Por ser uma pessoa conhecida por toda a comunidade busquei estabelecer diálogo entre iguais e assim as entrevistas foram tomando forma de uma conversa informal, o que foi muito valioso, pois pude aprofundar diversos temas considerados conflituosos, como por exemplo a relação com a Universidade.

Quanto a isto, Oliveira (2000) alerta para a necessidade de estabelecimento de um diálogo entre iguais – pesquisador e seu interlocutor– nas entrevistas, onde estes se tornam interlocutores que se permitem ouvir e serem ouvidos, garantindo a realização de diálogos interessados. Essa interação torna-se, então, um aspecto importante da investigação, pois possibilita uma compreensão das significações.

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas entre os dias 03 de julho e 12 de agosto de 2018, com 10 moradores da comunidade - sendo que, mais 02 moradores contribuíram com o processo de investigação, incentivando as memórias das pessoas entrevistadas- e 01 agente externo à comunidade que estava envolvido no processo de certificação da mesma. Os entrevistados tinham idade entre 45 e 89 anos.

Por ultimo, a escrita, aliada ao pensamento, de acordo com Oliveira (2000), permite por meio da textualização dos dados provenientes da observação sistemática - através do olhar e do ouvir-, a interpretação do material de pesquisa, constituindo-se estas, as três etapas da produção de conhecimento. Para esse autor, o olhar, o ouvir e o escrever são essenciais para a apreensão dos fenômenos sociais. Em adendo, faz-se importante ressaltar que a construção de um texto qualitativo deve primar pela presença da subjetividade do pesquisador, sem estar preso apenas a ela, e da intersubjetividade, agregando os membros da sua comunidade profissional, através das teorias.

Os resultados deste estudo serão apresentados em sessão pública no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB, e sua versão escrita ficará disponível no acervo da biblioteca setorial do CAHL<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Ainda sobre a elaboração de produtos finais, cabe situar que pretendo posteriormente elaborar um documentário audiovisual, afim de que este se torne uma ferramenta de devolutiva dos dados de pesquisa para os moradores da comunidade- principalmente aos que contribuíram com esta pesquisa- como estratégia para que o estudo alcance um maior número de moradores, possibilitando, assim, uma reflexão crítica no interior da comunidade, sobre sua condição quilombola.

## 2. IDENTIDADE QUILOMBOLA, RECONHECIMENTO, E CIDADANIA

De acordo com o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos através do INCRA, remanescentes de quilombos são definidos em seu art. 2º como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

Para Od’wyer (2002) o termo remanescente de quilombo vem sendo reformulado desde a Constituição Federal de 1988 e passou a representar uma herança cultural e material que atribui a esses grupos um sentimento de pertencimento a um lugar específico, o território. Ainda na concepção de Od’wyer (2002) esses grupos, cuja identidade se define pelas experiências vividas, desenvolveram ao longo do tempo “práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” (p. 18). Sendo assim, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (1988), o Estado deve garantir a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes, possibilitando, de acordo com o decreto nº 4.887 art. 2º, § 2º, a “garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (BRASIL, 2003).

Essa relação de pertencimento a um grupo e à terra é para Schmitt; Manzoli e Pereira (2002), expressões que constituem a identidade étnica e a territorialidade, ou seja, ambos estabelecem uma relação indissociável na identidade quilombola e nascem da luta pela sua sobrevivência e resistência. Diante das opressões e expropriações sofridas pelos quilombolas surge a necessidade de afirmação de uma identidade negra, que para Santos, 2000 (*apud* Schmitt; Manzoli e Pereira, 2002, p. 5) está intrinsecamente ligada às relações de poder que ocultam a subordinação e inferioridade que lhes é atribuída socialmente, devido a aspectos físicos e culturais que remetem a uma ancestralidade africana.

A criação de territórios negros, segundo Willeman (2006),

Torna-se imperativa quando se pretende uma recriação/elaboração de uma identidade positiva como forma de pertencimento social e

como direito individual à diferença que a coletividade vai assegurar, dando uma leitura especial à idéia de cidadania (WILLEMAN 2006).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída através do decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, define povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art. 3º, § 1º).

Pensando na manutenção e conservação dessas comunidades, a política tem como alguns de seus princípios o respeito às diversidades, a erradicação da discriminação, a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica desses povos.

De acordo com Bauman (2003, *apud* Willeman, 2006) as comunidades são espaços de construção de alternativas de segurança na sociedade, que após a Revolução Industrial foram destruídas em detrimento do individualismo, reforçado pelas relações de produção. Este conceito, porém, retorna à sociedade não apenas como espaço de seguranças coletivas, mas como importante espaço de conservação de culturas, tradições e modos de vida próprios.

Souza (2014) ao tomar como exemplo o contexto da comunidade Conceição das Crioulas, no sertão pernambucano, afirma que o reconhecimento da identidade de remanescente de quilombo de uma comunidade, na qual os indivíduos mantêm relações de afinidade e segurança, em um território socialmente utilizado para a conservação de uma prática social legitimadora dos laços interfamiliares e das relações econômicas, políticas e culturais, resulta na efetivação da cidadania de seus integrantes.

Segundo Baptista (2002) a formação das identidades entre a população afro-brasileira é um processo político, que nasce como um ideal democrático e se inicia em meio à luta contra o racismo.

Se os processos históricos de construção de identidades são sempre em alguma medida processos políticos, a fluidez e ambiguidades das

categorias raciais no Brasil, certamente cultivadas no bojo de uma ideologia do branqueamento, tornavam a identificação racial especialmente dispersa e fragmentada entre a população brasileira de afrodescendentes (BAPTISTA, 2002:33).

Para a autora, o ideal de branqueamento que depreciava e estigmatizava o povo negro no período pós-escravidão, principalmente os ex-escravos, acarretou o surgimento de diferentes categorias raciais que remetem à cor da pele, muito mais do que às origens, pois os negros, ao tentar se afastar desse estigma da escravidão, buscavam se afastar de suas origens, assimilando-se cada vez mais as características não negras, como estratégia de sobrevivência perante uma sociedade racista.

De acordo com Munanga (2018), ao final do período escravista e advento da República no Brasil, desejava-se a construção de uma identidade brasileira capaz de unificar a diversidade racial e cultural existente. Porém, a elite brasileira, apoiada numa distinção entre raças superiores (brancas) e inferiores (não brancas), tinha receio de que a mestiçagem levasse a uma disseminação dos aportes negativos que conferiam a inferioridade destas raças- principalmente a negra- e que o mestiço se tornasse um bastardo, instável, impulsivo, selvagem e desequilibrado. Enfim, este poderia representar um perigo à sociedade, reunindo atributos sociais e morais impuros e refletindo na legislação e organização administrativa da época.

Anos depois, em 1930, a temática racial retorna ao cenário ideológico do país, atrelado aos anseios por uma política de desenvolvimento social. Desta vez, inspirado pelas obras de Gilberto Freire [1933 (1998)], surge o mito da democracia racial, a ideia de que a mistura das três raças resultaria em uma identidade tipicamente brasileira, resultado da mestiçagem biológica e cultural. Entretanto, a democracia racial e a ideia de uma convivência harmoniosa e sem preconceitos na sociedade brasileira acaba por camuflar os conflitos raciais e a exclusão social sofrida pelas raças consideradas “inferiores”.

Munanga (ibid.) cita o sincretismo cultural como exemplo da expropriação cultural, disfarçada da intenção de uma construção de uma sociedade fundamentada na diversidade. Para ele, a unidade da identidade brasileira “A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que resultou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades

étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas” (Munanga, *ibid.*, p.13) e baseava-se em um ideal de branqueamento, que passou a ser perseguido pelos negros.

Essa unificação política, atrelada ao ideal do branqueamento, fez com que surgisse entre negros e mestiços uma segregação que impedia a tomada de consciência coletiva da exclusão sofrida e consecutivamente a construção de uma unidade entre estes, visto que de acordo com Munanga (*ibid.*),

A construção dessa unidade, dessa identidade dos excluídos supõe, na perspectiva do movimento negro contemporâneo, o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada, etc. Ou seja, a recuperação de sua negritude, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica (MUNANGA, 2018:15).

Essa ideologia de mestiçagem racial, que cria a unidade da identidade brasileira e busca dissolver a tradição histórica de subalternização e inferiorização do povo negro, tem sido comumente utilizada como justificativa em diversos discursos que buscam demonstrar a inutilidade das políticas e ações afirmativas no Brasil. Ora, se vivemos em uma sociedade mestiça, onde não há preconceitos e onde a democracia racial impera, para quê políticas de reparação racial?(Munanga, *ibid.*).

Segundo o mesmo autor, esses discursos políticos e acadêmico-culturais afirmavam que essas políticas poderiam inclusive ter um efeito reverso, fazendo renascer na sociedade alguns conflitos raciais que foram derrubados durante a construção da identidade nacional. Por fim, o autor conclui que o problema não são as raças e sim o racismo instituído historicamente e socialmente, visto que cientistas já concluíram, há mais de 40 anos, que não existem raças biologicamente puras, porém o conteúdo da raça é político, é um construto social e existe na cabeça do racista e suas vítimas.

De acordo com Baptista (2002) o uso do conceito de raça passou a ser mal visto desde que a ideologia da superioridade das raças brancas sobre as demais foi derrubada, a partir do reconhecimento das teorias evolucionistas e deterministas como equivocadas. Logo, o conceito de etnia passou a ser mais utilizado para referir-se a características culturais, como costumes, tradições e origem, devido ao

entendimento da cultura enquanto campo fértil para o surgimento de novas identidades.

O final da década de 70 e início dos anos 80, segundo Baptista (ibid.), ficaram marcados pelo surgimento de organizações político/culturais entre a população afrodescendente que utilizavam estratégias de valorização da cultura negra, africanismo e do quilombismo, da denúncia e luta contra o racismo e a posição social desprivilegiada da maioria dos afrodescendentes, para lutar por uma releitura da memória nacional que reconhecesse o papel da população afro-brasileira enquanto elemento fundamental e específico na formação da cultura, abandonando o sincretismo presente na formação de uma identidade nacional impulsionada pelo projeto político-cultural do Estado Novo (1937-1945) e reforçada na política cultural do Estado pós-64.

No entanto a ideologia de mestiçagem que se associa a essa identidade nacional, segundo Baptista (ibid.), consiste numa barreira para a afirmação de uma identidade étnica entre a população afro-brasileira devido a dois fatores: a difusão de práticas culturais negras na sociedade brasileira e a existência de uma imagem depreciativa das características fenotípicas negras. Essa ideologia de integração da população afrodescendente à identidade nacional atenuou a fronteira étnica do segmento negro, forjando o surgimento de diversas identidades, que variam conforme suas vivências, memórias e espacialidade. O surgimento dos grupos étnicos por sua vez, deve-se à existência de um sentimento de comunhão étnica e do compartilhamento das diferenças culturais, econômicas e políticas que atribuem singularidades a um grupo.

Quanto aos grupos étnicos rurais, Baptista (ibid.) afirma que o reconhecimento de sua identidade racial é uma importante ferramenta de efetivação de seus direitos sobre a área rural em que vivem, baseando-se na existência da memória do cativo e nas práticas culturais desses grupos para sua legitimação, além de dar uma maior visibilidade à questão do acesso à terra pela população afrodescendente.

As comunidades quilombolas, por exemplo, representam uma minoria que se encontra em situação desfavorável nas relações de poder e que encontram na vida comunitária a segurança necessária para cultivar sua organização social, a

identidade e sua relação com a terra, tornando-a símbolo de resistência cultural (Schmitt, Manzoli e Pereira, 2002).

Com isto entende-se que a identidade quilombola se constrói na relação com a terra e na luta pela terra, logo o seu reconhecimento e conseqüentemente a titulação de seu território se consolidam como a mais importante ação para as comunidades quilombolas, pois, além de garantir o seu desenvolvimento cultural e econômico, se tornam elementos essenciais na afirmação de suas respectivas identidades.

O fortalecimento da cultura e identidade quilombola, segundo Souza e Araújo (2014) contribuem para a elevação da autoestima tanto das mulheres, quanto dos homens negros e acarretam diversas conquistas no âmbito das questões de raça e gênero. Nesta mesma linha, Gomes (2006) afirma que a desconstrução da identidade negativa, atribuída ao povo negro, pode surgir através de uma resistência cultural e conseqüentemente pela destruição desses padrões antigos, sendo que isto envolve não somente o olhar sobre si mesmo, mas também o olhar do outro, resultando na reconstrução de uma identidade negra positiva.

Na concepção de Santos (2000, *apud* Schmitt; Manzoli e Pereira, 2002:5) a necessidade de reivindicar uma identidade confirma a existência de uma subordinação, que se sustenta por representações sociais racistas que inferiorizam as minorias, em um contexto de relações de poder.

No caso da identidade quilombola, que se constitui na e pela relação com o território, esta é incorporada como um artifício importante na luta pela sobrevivência material e simbólica de um dado grupo da população, pelo direito de serem protagonistas de sua própria história e contra a subalternidade e diferenças de classes. Benedetti (2014) faz referência a isto ao afirmar que “a identidade coletiva quilombola é acionada na relação com o Estado, devido à atribuição de direitos que ela confere e por dar sentido à luta política destas comunidades” (Benedetti, 2014:02).

Para Baptista (2002), a reconstrução do passado através do acionamento da memória, seja ela familiar ou grupal, “é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros” (Baptista, 2002, p. 10). Essa reconstrução do passado segundo o autor, quando vinculada ao processo de construção de identidades, permite uma significação do presente, portanto, o acesso a

depoimentos de descendentes de escravos através da memória permite igualmente o acesso às raízes históricas, identidade e etnicidade que dão sentido à sua existência. Assim, e ainda de acordo com Baptista (2002), a memória é um fenômeno construído, que estabelece uma estreita ligação com a constituição do sentimento das identidades individuais e coletivas e consecutivamente, um meio de compreender como se dá a construção de mecanismos de identificação e de pertencimento a um grupo e como esse entendimento pode levar ao conhecimento da emergência da identidade étnica.

Portanto, é através da memória de um passado marcado pela inferiorização e desigualdade que alcançaremos as representações e significados que constituem a identidade étnica da Vila Guaxinim. Identidade esta que se construiu a partir de conflitos com agentes externos e que desencadeou o fortalecimento da cultura, da história e da coletividade da comunidade.

### 3. CONHECENDO A VILA GUAXINIM

Cruz das Almas é um município situado no Recôncavo Sul da Bahia, a 146 km de Salvador, a capital do Estado, e que se originou a partir de seu desmembramento da cidade de São Félix. O nome da cidade, segundo a crença local, foi dado por tropeiros, que passavam pela região e paravam para rezar pelas almas de seus mortos em uma Cruz, que ficava em frente à Igreja Matriz da antiga Vila de Nossa Senhora do Bom sucesso.

O município faz divisa com Muritiba, São Felipe, Sapeaçu, Conceição do Almeida e São Félix e conta com uma área de aproximadamente 145, 742 km<sup>2</sup>. O mesmo pertencia à freguesia de Outeiro Redondo até o fim do Império, sendo que, nove anos após a proclamação da República, obteve independência, sendo então elevado à categoria de vila e posteriormente de município, por meio da Lei Estadual nº 119, de 29 de julho de 1987.

De acordo com o último censo demográfico (IBGE-2010), seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0, 699 e sua população era de 58.606 habitantes, sendo que para 2017, a população estimada era de 62.871. O PIB per capita municipal era de R\$ 13.415,00 e a densidade demográfica 402.12 hab./km<sup>2</sup>.

A principal atividade econômica do município é a agricultura, com destaque para as plantações de fumo, laranja, limão-taiti e mandioca. A cidade passa a ser apelidada de "Capital do Fumo" por ser a maior produtora de tabaco da Bahia e possuir diversas indústrias voltadas para essa cultura, sendo que foi uma das maiores exportadoras da América Latina, distribuindo mais de 1000 toneladas por ano a países de todo o mundo. Entretanto, a partir da década de 1960, a cultura fumageira na Bahia teve uma produção decrescente, resultando na diminuição da economia regional causada principalmente pela crescente campanha antitabagista e que acaba por afetar diretamente a produção fumageira em todo o recôncavo, inclusive no município de Cruz das Almas, onde cerca de três mil empregos diretos eram gerados e 5% da população, predominantemente feminina, vivia em função da cultura do tabaco, produzido artesanalmente.

O setor industrial cruzalmense acaba se destacando por ter um pólo industrial calçadista e têxtil, que abriga filiais de empresas do ramo, além de

possuir várias indústrias e distribuidoras nacionais que exportam seus produtos para vários países. O setor terciário por sua vez também é forte e possui varias redes de serviço e grandes cadeias de lojas.

A cidade é nacionalmente conhecida pelas suas festas juninas e pelas guerras de espadas, que embora tenham sido proibidas desde 2012 pelo Ministério Público, ainda ocorrem em lugares isolados do município, movimentando o turismo e a economia local no mês de junho, visto que neste período a cidade chega a receber mais que o dobro de sua população.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a área hoje referente à Comunidade Remanescente de Quilombo Vila Guaxinim foi sendo povoada aos poucos a partir da chegada da Escola Agrícola, em 1943, por trabalhadores que contribuíram com sua fundação e que vieram, em sua maioria de áreas rurais do município de Cruz das Almas, como por exemplo, Laranjeiras, Capivari e da Leste- proximidades do antigo Instituto Agrônomo do Leste (IAL), atual Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa- Mandioca e Fruticultura) <sup>4</sup>- entre outros.

O Imperial Instituto Baiano de Agricultura foi criado em São Bento das Lages-BA, no ano de 1859. Em 1920, o instituto é transformado na Escola Agrícola da Bahia e em 1945, é transferido para o município de Cruz das Almas. Em 1970 a Escola Agrícola da Bahia é incorporada à Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o nome de Escola de Agronomia da UFBA, e que perdurou até 2005, visto que no ano seguinte, passa a ser incorporada à recém-criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB<sup>5</sup>.

De acordo com os relatos coletados durante diversas entrevistas, os primeiros moradores da comunidade que ali se formava foram os senhores Luiz Santana (1926-1995), Vicente, Pedro Dias, Feliciano, Mané Freitas, José Dias,

---

<sup>4</sup>A Embrapa Mandioca e Fruticultura surgiu a partir do Instituto Agrônomo do Leste (IAL), construído na década de 1950, posteriormente denominado Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Leste (IPEAL), vinculado ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de executar e coordenar pesquisas para o aumento de produção e produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos, a redução dos custos de produção e a viabilização do aproveitamento de áreas subutilizadas para mandioca e fruteiras tropicais. Fonte:<https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/historia>

<sup>5</sup> Informações retiradas do site da UFRB, do histórico do curso de Agronomia: <https://www.ufrb.edu.br/agronomia>.

Manoel Alves, Martinho<sup>6</sup>, Antônio (62 anos) e Jacinto Vieira (85 anos), dentre outros funcionários, que vieram para o local em busca de emprego. Como não possuíam residência própria, foram autorizados pelos diretores da Escola a construir suas casas no entorno da mesma, que possuía uma vasta área inutilizada. Alguns destes relatos apontam ainda para o fato de que, antes da chegada da Escola, alguns destes funcionários viviam com suas famílias como arrendatários nas fazendas que foram desapropriadas pelo governador Landulfo Alves (1938-1942), quando este designou uma área de 1660 ha. para a instalação da Escola Agrícola.

Os moradores entrevistados afirmaram que havia aproximadamente cinquenta funcionários, Estaduais e Federais, exercendo funções como vigilante, lavrador, pedreiro, tarefeiro, ou apenas em serviços temporários nas lavouras, nos alojamentos e nas residências dos professores, primeiro na Escola Agrícola, depois na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (AGRUFBA) e, por último, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O nome da comunidade foi dado em homenagem ao senhor Luiz Santana, ou Luiz Guaxinim (1926-1995), como era conhecido por todos devido à sua estatura, e o local é considerado uma Vila, pois a área em que o senhor Guaxinim morava foi aos poucos sendo povoada pelas famílias dos seus filhos, formando uma pequena vila, denominação que posteriormente estendeu-se para toda a comunidade, que atualmente é habitada, em sua maioria, por descendentes desses funcionários.

O período pós-abolicionista no Brasil foi marcado pela exclusão e falta de oportunidades para os negros recém-libertos, o que resultou no condicionamento destes a uma situação socioeconômica inferior e marcada pelo preconceito racial. O estigma da escravidão, como sabemos, é passado de geração em geração e permanece sobre os descendentes de escravos até os dias de hoje impondo-lhes condições de vida subalternas e a marginalização (Baptista, 2002).

Apesar de nascidos em um período de liberdade, muitos descendentes de escravos se tornaram “escravos do mundo”, conceito analisado por Baptista (2002)

---

<sup>6</sup> Houve a intenção de desenvolver uma investigação mais detalhada para saber o ano de nascimento, ano de óbito e a trajetória de vida desses moradores, no entanto, uma investigação mais aprofundada demandaria mais tempo, do qual não dispomos para a conclusão deste TCC, visto que esses moradores já são falecidos e muitos de seus familiares não residem na comunidade.

e capaz de sintetizar as novas formas de escravização do povo negro, emergentes após a abolição da escravatura, em 1888, e que desde então, tem se revelado presente nas diversas relações sociais até os dias de hoje. Segundo este autor, “ser “escravo do mundo” é ser pobre, explorado, marginalizado e negro numa época já sem escravidão, mas marcada por práticas que remetem ao tempo do cativo vivido por seus antepassados” (Baptista, 2002, p. 28).

No caso da Vila Guaxinim não foi diferente. Quando questionados sobre as condições de vida de seus antepassados, os moradores revelaram uma triste realidade, marcada por andanças de fazenda em fazenda em busca de trabalho e moradia, como no caso do senhor Antônio, que desde menino acompanhava os pais nessa jornada de arrendatários em fazendas da região e que trabalhava desde os 11 anos de idade.

Você sabe, antigamente a vida do povo sem terra era andar e rodar. Morou tantos anos na fazenda de tal não deu certo? Saía para fazenda do outro, alugando casa para poder morar [...] Pagava o trabalho da casa para morar e ter terra para trabalhar. Ele tinha que dar toda semana duas diárias para o patrão, ele tinha direito a 3 dias para lutar no resto da roça dele, para poder manter a família, dois dias era do fazendeiro para pagar o aluguel da casa (Antônio, 62 anos, depoimento colhido em entrevista no dia 03 de julho de 2018).

Dona Maria (62anos), outra moradora antiga, revelou também ter tido uma infância difícil, estudando um turno e no outro ajudando na roça da família e sempre acordando cedo para pegar água na fonte antes de ir para a escola. Para ela, ir para a escola era uma forma de escapar do trabalho árduo na roça. No entanto, muitas vezes, jovens e crianças eram incentivados a deixar de estudar porque precisavam ajudar no sustento da família, ao contrário dos dias atuais, onde os pais desejam cada vez mais que os filhos tenham acesso a uma educação de qualidade, por entenderem que a educação é um instrumento de ascensão social.

Infelizmente, não foi possível obter muitas informações a respeito da trajetória de vida dos antepassados dos entrevistados, pois durante as entrevistas estes alegaram que tiveram, sim, antepassados escravizados, como no caso de dona Maria que alega ter bisavós paternos que viveram no tempo da escravidão, mas que ainda era muito nova quando eles faleceram e não se lembra de nenhuma história contada. Diversos outros entrevistados alegaram que naquele tempo ou as

pessoas morriam muito cedo, devido às condições de vida precárias, ou simplesmente não tinham o costume de contar sobre o passado, como se quisessem se esquecer daquilo que era doloroso lembrar. Para Mattos (*apud* Lima, 2008) esses silêncios voluntários possuíam um significado que não pode ser negligenciado e que evidenciam uma dificuldade em atribuir uma identidade socialmente positiva às vivências da escravidão.

Os depoimentos colhidos nas entrevistas relatam que o local hoje considerado Vila Guaxinim antes era uma área de muito mato, e que foi sendo desmatado pelos próprios moradores para construir suas moradias e para plantação. Durante a entrevista com Rosa Helena Santana (49 anos), uma das filhas de Luiz Guaxinim, ela afirma que a mãe contava sobre a mata em volta da casa, onde havia muitos pés de licuri, dendezeiros, bambuzais e escondia animais bravos, inclusive onças. Dona Augusta (89 anos), assim como muitas esposas dos funcionários que ali viviam, começou a desmatar a área que aos poucos foi se tornando uma Vila no interior da Escola de Agronomia, e ali homens e mulheres poderiam se dedicar à plantação e à criação de animais para garantir sua reprodução socioeconômica.

Na Vila, as casas antigas eram construídas de taipa e barro e sempre muito próximas – ou coladas - às de seus familiares, por isso a existência de alguns aglomerados de casas espalhadas por toda a comunidade. Tanto organização espacial, quanto o direito à herança da terra são legitimadas de acordo com as relações de parentesco existentes no seio comunitário. Sendo assim, a posse comunal da terra e de seus recursos garante que cada família tenha o direito de usufruir da área de sua casa e da área utilizada para sua plantação e/ou criação de animais, de acordo com suas necessidades e sem que fosse preciso proceder à partilha da mesma.

A agricultura familiar tornou-se principal atividade econômica da comunidade, principalmente para aquelas que possuíam empregos temporários. Dentre os cultivados havia feijão, amendoim, milho, fumo e batata, mas o produto principal era a mandioca, da qual se fazia também a farinha e o beiju, função geralmente atribuída às mulheres.

A Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e empreendimentos Familiares Rurais e define:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

É importante ressaltar que esta produção deve ser aplicada de acordo com os princípios de conservação de recursos naturais, algo que já faz parte do cotidiano das famílias camponesas e que Ploeg (2008, p. 40) chama de coprodução, conceito que define uma “interação e transformação mútua entre o homem e a natureza viva” e que segundo ele, é através dela que o progresso é alcançado. Para Wanderley:

O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo o que Carlos Rodrigues Brandão chamou “o afeto da terra” (Brandão, 1999) e o amor pela profissão (WANDERLEY, 2003, p.54).

De acordo com Santana (2015) as comunidades quilombolas representam uma reelaboração das experiências vindas da África, visto que os povos africanos que aqui viveram contribuíram para a formação social e cultural do povo brasileiro “seja preservando elementos essenciais de sua própria cultura, seja recriando e adaptando novos valores a partir da interação com outras culturas, como indígena e a europeia” (Santana, 2015, p. 210). À exemplo disto, ele cita a prática de uma agricultura de subsistência e tipicamente familiar herdada dos quilombos africanos.

O depoimento de Dona Alzira (63 anos), por exemplo, que nasceu e cresceu na Vila nos mostra que a agricultura naquela época era essencial para garantir o sustento das famílias e contribuía com a cooperação entre os moradores, “Plantar mesmo a gente plantava tudo! Quiabo, repolho, jiló, abóbora, meu Deus ninguém precisava comprar nada! Aquela fartura, que painho dizia: ‘leva ali para não sei quem’” (Alzira, 63 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 06 de julho). A troca de alimentos entre os moradores existia. Contudo, não era algo corriqueiro, já que todos se dedicavam ao cultivo de alimentos. No entanto, esses moradores tinham o hábito de trocar dias de trabalho e assim colaboravam para que todos tivessem bons resultados na produção, como podemos ver no relato de Dona Anita: “Quando a roça de um tava muito cheia, que não podia capinar e um ia, capinava a roça de um, depois o outro vinha. Plantava dois dias lá, dois dias cá, era assim” (Anita, 62 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 06 de julho).

A centralidade da agricultura na comunidade não se deve apenas à garantia de reprodução socioeconômica que ela possibilita, pois além de representar o principal meio de sustento das famílias, garante o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade adequada - segurança alimentar -, auxilia em sua manutenção sociocultural, através da valorização dos modos de vida, das relações com a natureza e da passagem de saberes tradicionais de geração em geração, além de fortalecer a sociabilidade, a cooperação e o afeto entre estes. “A gente passava a noite na casa de farinha, mexendo, fazendo tudo. Então, era uma família, a escola de Agronomia era uma família, até hoje ainda é” (Leonor, 67 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 09 de julho). Cabe ressaltar que neste trecho, ao citar a Escola de Agronomia, a entrevistada se refere às pessoas que viviam ali, as quais para ela representam uma família, devido aos laços de afeto e o sentimento de pertencimento a um grupo que ali se criava.

A exclusão sofrida durante muitos anos fez com que os moradores da Vila Guaxinim incorporassem um sentimento de pertencimento a esse grupo específico, com o qual compartilham valores, histórias e condições de sobrevivência. O acionamento da memória coletiva nesse caso permite que os moradores definam quem são “os de dentro e os de fora” da comunidade.

Para Santana (2015) o termo comunidade refere-se a um conjunto de pessoas que nutrem um elo afetivo ou interesses em comum e onde há a presença de uma identidade compartilhada coletivamente e que a diferencia das demais. São esses vínculos que garantem a existência de momentos de comemoração e festividade, evidenciando como as famílias se reconheciam enquanto parte daquela comunidade, cultivando assim o afeto e o respeito umas com as outras e contribuindo com a preservação dos costumes e tradições presentes nos depoimentos dos entrevistados.

Muitas famílias na comunidade tinham o hábito de fazer rezas, caruru e rodas de samba para seus respectivos santos. Durante o período junino costumava-se sair de casa em casa festejando o dia de São João e também cantavam tempo de reis após o natal, além de diversos outros momentos em que os moradores se reuniam nas horas livres para fazer rodas de samba e forró, comemorando aniversários ou uma boa colheita, por exemplo. “Tá todo mundo em casa, tem milho? Tem amendoim? Vamos fazer uma roda de samba! E aí juntava a família mesmo, que aqui tudo é família. Lata, bacia, prato, garfo batendo, a festa da gente era essa!”, dizia-me dona Anita (62 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 06 de julho), alegre, lembrando os tempos de mocidade. Esse vínculo não se restringiu apenas aos moradores, pois alguns professores e estudantes passaram a integrar o cotidiano da comunidade principalmente durante as festas e comemorações, como foi relatado por uma das moradoras:

Meu casamento não, quem veio não foi gente de longe não! Daqui mesmo dos alojamentos, cheio de “calori”<sup>7</sup> para o meu casamento! Meu casamento foi na casa de Tio Agnelo, irmão de meu pai, encheu mesmo o meu casamento, tudo de “calori” (Alzira 63 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 06 de julho).

Na comunidade existe uma fonte d’água que por muitos anos foi utilizada para abastecer a Escola de Agronomia e residências próximas e que hoje se encontra abandonada. Contudo, existem duas versões distintas sobre a sua descoberta: uma delas afirma que a fonte havia sido descoberta pelo senhor Guaxinim, que costumava amarrar seus animais naquele local e outra que afirma que teria sido um outro morador cuja residência ficava muito próxima.

---

<sup>7</sup>Calouros

Porém, apesar dos discursos divergirem em relação a quem realmente descobriu a nascente, há um consenso entre todos os entrevistados de que a mesma é da comunidade e teria sido descoberta por um dos moradores, porém, quando a Escola descobriu sua existência, tratou de fechar o local, proibindo o acesso dos moradores. No entanto, estes costumavam pegar a água que escorria pelo córrego de escoamento (vertedouro) ou esperar os “aguadeiros” que levavam a água para a escola e assim abasteciam também as suas casas.

Aquilo ali minha fia, era tudo de cadeado, cada um com sua chave, os aguadeiros, os homem que andava de cavalo enchendo os barris de água pra entregar aí. Cada um deles tinha uma chave pra abrir e entrar, como um chafariz. Entrava, enchia os barris, botava nos animais, levava! Quem fosse na hora, enchia sua casa, como a gente (Alzira, 63 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 06 de julho).

Segundo esses moradores, com a chegada da EAGRUFBA, começaram a surgir diversos conflitos com a comunidade, e que deve-se ao fato de os moradores estarem ocupando uma área da União. No entanto, foi a partir de 2006, com o advento da UFRB que esses conflitos se intensificaram, pois a Controladoria Geral da União (CGU) começou a cobrar que a universidade tomasse as devidas providências a respeito da ocupação daquele espaço e esta por sua vez, travou uma batalha para tentar retirar os moradores daquele local, impedindo, inclusive, que os moradores plantassem e criassem animais naquela área.

Muitos moradores relataram ainda que, no tempo da Escola de Agronomia, eram impedidos de realizar qualquer tipo de reforma ou ampliação nas casas e os vigilantes eram ordenados a barrar a entrada de qualquer caminhão com materiais de construção que estivesse a caminho da Universidade. De acordo com os moradores, os funcionários da Universidade também costumavam ir à comunidade ameaçando passar o trator nas plantações e nas residências daqueles que não se submetessem às imposições.

Todos os relatos continham narrativas a respeito dos conflitos no interior da Vila, principalmente quando os funcionários iam até à comunidade, recolhiam os animais sem o consentimento dos moradores e prendia-os no estábulo da Escola, obrigando os proprietários a pagar uma taxa para retirar o animal. Esses moradores contam inclusive que passou a ser comum encontrar pessoas com farda

de uma empresa, cujo nome não conseguiam recordar, tirando fotos e medindo todas as casas.

Houve um período em que os funcionários da UFRB eram ordenados a colocar cercas em volta das casas ou a avançar cada vez mais as cercas que separam comunidade e universidade, reduzindo assim a área que cada morador destinava para seu uso. Em um dos relatos, uma moradora diz que chegou a ameaçar um destes funcionários que foi colocar a cerca em volta de sua residência e conta ainda que tapou todos os buracos feitos por eles.

O depoimento abaixo revela as impressões de uma moradora sobre esse processo:

Nós ficou parecendo um boi, tudo dentro da cerca, sem poder fazer mais nada, porque pra lá eles pegaram tudo! E a gente não podia “prantar”, não podia nada, porque não tinha lugar para nós “prantar”, que a escola tomou, a escola resolveu cercar tudo como você tá vendo aí, tudo cercado! (Rosa Helena, 49 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 08 de julho).

Diante de tantos confrontos, a Universidade resolveu buscar estratégias de retirada dos moradores daquele local, tentando entrar em acordo com a comunidade para que fosse feito um remanejamento da mesma, para uma área fora do terreno da Universidade, como foi feito com os moradores do assentamento Volta Terra<sup>8</sup>.

Não obstante, os moradores se recusaram a abandonar seus locais de origem e persistiam vivendo e plantando nas áreas que lhes sobravam, acionando uma resistência em face às ameaças sofridas e defendendo sua história e seu território, mesmo contra a vontade da Universidade. “A gente disse que a gente não ia, que só ia sair daqui morta, que se fosse passar o trator, passa! Mas daqui de dentro de casa a gente não sai”(Maria do Carmo, 60 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 08 de julho). Cabe ressaltar que as falas dos moradores são sempre carregadas de orgulho quando fazem referência às resistências perante as ameaças e intimidações sofridas nesses momentos de tensão.

---

<sup>8</sup>Agricultores da comunidade quilombola da Baixa da Linha que contribuíam com o projeto Volta Terra, criado em 1990 por meio de projetos socioambientais e foram remanejados, em 2012, para uma área rural financiada, onde dão continuidade ao projeto.

Para Baptista (2002) são as ameaças de perda do território e da preservação de uma trajetória que evidenciam a existência de uma identidade étnica frente aos demais significados presentes no seio da comunidade. Para Souza e Brandão (2017) a vulnerabilidade desses grupos é um grande propulsor do acionamento da resistência frente às ameaças de perda de seu território e da preservação de uma história, levando-os à reconstrução de uma nova identidade em que haja a primazia do significado de ser quilombola, sobre os demais e afirmam ainda que,

Os quilombos atuais conservaram o significado tradicional de quilombo enquanto espaço de resistência, baseado na partilha de experiências e de uma história comum, que se configura no chamado território quilombola, produzindo uma identificação de base étnica (SOUZA E BRANDÃO, 2017:122).

Com a redução significativa de seu espaço e conseqüentemente dos níveis de produção de alimentos, tanto para autoconsumo quanto para comercialização, os moradores da Vila enfrentaram muitas dificuldades no que diz respeito à reprodução socioeconômica das famílias e isto interferiu bastante na dinâmica de organização da comunidade, visto que muitos moradores preocupados com o remanejamento abandonaram suas casas e outros precisaram procurar outros meios de sustento fora da comunidade. Ou seja, ocasionou danos à sua organização social, econômica e cultural. Para Gusmão (*apud* Lima, p. 65) esse trabalho fora da comunidade reforça a negação desse sujeito negro e interfere diretamente na dimensão social da vida coletiva.

Dificuldade mesmo! Foi dificuldade! Se a gente achasse assim um lugar assim para cima, uma roça que o povo chamava a gente para limpar, assim, uma mandioca, fazer uma coisa assim, lavar uma roupa, aí a gente ia, mas foi dificuldade mesmo braba. Se a gente não tinha mais mandioca para vender, não tinha mais, mais nada para fazer, não tinha para gente fazer, não tinha nada (Maria do Carmo, 60 anos, depoimento colhido através de entrevista no dia 08 de julho).

A redução das atividades agrícolas, além de causar impactos na vida econômica da comunidade, interferiu também na inserção dos jovens nas unidades de produção familiar, interrompendo a passagem de saberes tradicionais para as

novas gerações, como por exemplo, o ensino de práticas ancestrais e da valorização de uma relação autossustentável com a terra. Referente a isto, Baptista (2002) afirma que,

A memória gerada no seio da família torna-se fundamental no processo de construção de uma certa etnicidade, na medida que é transmitida pela tradição oral, de geração a geração, perpetuando manifestações próprias da cultura africana que permanecem vivas entre a comunidade afrodescendente (BAPTISTA, 2002:16).

De 2006 a 2011 foram seis longos anos de resistência e insegurança para os moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Vila Guaxinim, até que o INCRA foi acionado através de mobilizadores políticos externos e em 18 de abril de 2013 a comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

Apesar do autoreconhecimento enquanto quilombola ser muitas vezes um processo complexo, como é o caso da Vila Guaxinim, a comunidade reconhece que o acesso a terra, garantido a partir do acionamento dessa identidade étnica, tem sido um importante instrumento de inclusão social e de construção da autonomia de cada um desses moradores. Agora, a comunidade tem a oportunidade de reescrever sua história, buscando através de capacitações, de formações políticas e do acesso a políticas públicas, a valorização do seu passado e do seu modo de vida, a reconstrução de sua autoestima e melhores condições de vida.

#### **4. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, RECONHECIMENTO QUILOMBOLA E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VILA**

No capítulo anterior foi possível constatar em termos qualitativos, aspectos importantes que levaram ao processo de etnogênese da comunidade Vila Guaxinim e como o acesso a memórias de moradores antigos possibilitou uma compreensão dos significados atribuídos à família, a terra e à relação com agentes externos (nesse caso, a UFRB) e de como estes três elementos estão intrínsecos ao processo de construção de uma identidade de resistência em curso na comunidade, diante da opressão e exclusão historicamente sofrida.

De acordo com a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, a comunidade que se autodefine remanescente de quilombo deve requerer junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), juntamente com sua declaração de autodefinição de identidade étnica, relato sintético da trajetória comum do grupo, e ata da assembleia, convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada, ou, em casos em que não houver uma associação legalmente constituída, a mesma deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada. A comunidade pode ainda encaminhar à FCP demais dados, documentos ou informações, fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais, se houver.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após a certificação, a comunidade deve encaminhar à Superintendência Regional do INCRA em seu Estado, uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, em seguida, o INCRA se encarregará de elaborar um estudo da área, para fins de construção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território e consecutivamente, haverá a análise e julgamento de eventuais contestações. Após a aprovação definitiva deste relatório, o INCRA se encarrega de publicar uma portaria de reconhecimento que define os limites do território quilombola, dando

prosseguimento à regularização e a titulação coletiva da propriedade à comunidade, em nome da associação dos moradores da área, regularizando a posse.

De acordo com a lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, na sessão que trata do acesso a terra pelos remanescentes de quilombos:

Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades.

Art. 33. Para fins de política agrícola, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento especial diferenciado, assistência técnica e linhas especiais de financiamento público, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Art. 34. Os remanescentes das comunidades dos quilombos se beneficiarão de todas as iniciativas previstas nesta e em outras leis para a promoção da igualdade étnica (BRASIL, 2010).

O processo de reconhecimento da comunidade Vila Guaxinim teve seu início quando a Secretaria Municipal de Políticas Especiais de Cruz das Almas resolveu tomar como bandeira de luta a promoção da igualdade racial e demandas de saúde, educação, comunidades tradicionais, principalmente as comunidades quilombolas e povos de terreiro. Mediante a inexistência de informações sobre comunidades quilombolas no município, a secretaria resolveu iniciar em 2010, um projeto de mapeamento de comunidades negras rurais para verificar a existência de comunidades quilombolas no município. As comunidades da Baixa da Linha e Vila Guaxinim foram umas das primeiras a serem estudadas devido aos conflitos agrários que estas estabeleciam com a UFRB.

O projeto idealizado pela secretaria municipal resultou, por fim, em um estudo socioantropológico da comunidade Vila Guaxinim, baseado em entrevistas orais

com familiares de Luiz Guaxinim e com a contribuição de outros moradores, para construção da trajetória histórica da comunidade.

O acionamento da identidade quilombola na comunidade foi um ato político, originado através da intervenção de agentes externos, como estratégia para acessar direitos que antes lhes foram negados e possibilitou a construção de uma identidade negra positiva entre os seus moradores, identidade esta que emergiu em meio à luta pela preservação de uma tradição e cultura próprias e na resistência em abdicar de um território tradicionalmente ocupado.

Diante das cobranças feitas pela União por providências a respeito da ocupação das terras, a universidade elaborou um projeto que tinha como finalidade a retirada dos moradores daquele local e realocá-los para uma área onde estes teriam acesso a uma terra produtiva, com assistência técnica para plantio e moradias dignas, entretanto, esses moradores resistiram em abandonar seu lugar de origem, mesmo que isso significasse continuar vivendo na comunidade, sob condições precárias, pois nutriam pelo seu território um sentimento de pertencimento e segurança.

É o pertencimento a um grupo de pessoas que compartilham uma história, memórias e modos de vida tão singulares que permite que seus moradores tenham na vida em comunidade a garantia de seguranças coletivas e a conservação da centralidade dos laços interfamiliares e das relações políticas, econômicas e culturais construídas em seu seio. Cabe ressaltar que foi esse mesmo sentimento de pertença que fez com que houvesse uma segregação entre a Vila Guaxinim e a Baixa da Linha, duas comunidades vizinhas e que tem características e organizações sociais distintas entre si. Segundo Baptista,

Para o estabelecimento de um grupo étnico é preciso existir um sentimento de comunhão étnica, que é forjado não só por diferenças culturais, mas por distinções econômicas e políticas. Quanto mais forte o sentimento de comunhão étnica mais as fronteiras do grupo são fortalecidas, sobretudo através da ação política. (BAPTISTA, 2002, p.41)

Ao contrário da Baixa da Linha, a Vila Guaxinim ainda não tinha uma organização política consolidada e a constituição da associação, em 2013, ocorreu mediante a orientação da equipe da Secretaria de Políticas Especiais para que

estes pudessem requerem a sua certificação. Logo podemos observar que a atuação da Secretaria foi muito importante para a comunidade Vila Guaxinim, pois, além de conduzir todo processo de reconhecimento e certificação, esta realizou intervenções no sentido de municiar a comunidade de uma consciência política a respeito de sua condição quilombola e seus direitos.

Quando a equipe responsável por realizar o estudo socioantropológico na comunidade tentou esclarecer para seus moradores o que é ser quilombola e quais as diversas concepções acerca desta categoria, contribuiu para a construção dessa conscientização, fazendo com que os mesmos pudessem se identificar e se afirmar como tal e conhecer seus direitos, pois muitos moradores não sabiam quais os significados atribuídos ao termo quilombola, enquanto outros acreditavam que tratava-se apenas de descendentes de escravos e que sofreriam ainda mais discriminação por serem quilombolas. Essa negação em se reconhecer enquanto negros e quilombolas ocorre porque estes moradores acabam internalizando todo o preconceito socialmente instituído. Sendo assim pode-se concluir que o surgimento de um empoderamento negro está vinculado a uma conscientização política.

Os atuais moradores da Comunidade Vila Guaxinim não guardam memórias diretas de um passado de escravidão, nem tão pouco de práticas culturais africanas. Entretanto, suas trajetórias, assim como de seus ascendentes, primeiros habitantes da Vila, denunciam processos de exclusão herdados do advento da escravidão no Brasil, marcados pela ausência de políticas reparadoras desde o pós-abolição, a partir de 1889, até a promulgação da atual Constituição Federal Brasileira, em 1988. Assim, o que garante a afirmação étnica da Comunidade é a trajetória de seus integrantes, marcada pela exclusão social, pela subalternidade e invisibilidade e que, apesar de sofrerem com o preconceito e as desigualdades sociais, conseguem se organizar e criar mecanismos de resistência e organização particulares e que se definem e se afirmam na relação com o seu território e na resistência que assumem perante o advento da UFRB.

Para Graça (2012) é equivocado acreditar que as comunidades em geral possuem dinâmicas próprias e práticas cotidianas herdadas de seus antepassados sem levar em consideração as transformações vividas e a opressão e exclusão sofrida por elas ao longo dos anos, de modo que foram obrigadas a abrir mão de sua ancestralidade negra em busca de aceitação. Ela alega, ainda, que “o conceito

de quilombo não se restringe a grupos de escravos fugidos, se refere também a grupos que sem alternativas para sobreviver numa sociedade que exclui quem é negro, se aglutinavam e viviam em comunidades” (GRAÇA, 2012, p.13).

A identidade quilombola não é algo fixo que se possa resgatar de forma mecânica como se depreende da legislação. Mas também não significa que esses agentes sociais não tenham uma identidade. A identidade, ou as características dos processos de identificação coletiva nestas comunidades foram sendo constituídos a partir das transformações que ocorriam dentro e fora das comunidades (GRAÇA, 2012, p. 14).

Após o processo de reconhecimento, os representantes da Associação começaram a se mobilizar em prol da construção de sua sede, organizando espaços de discussão em reuniões, eventos e cursos que abordassem a temática quilombola, fortalecendo assim a construção identitária no interior da comunidade e conseqüentemente, ampliando a visibilidade e o seu reconhecimento externamente. Logo, a consciência política adquirida e após o reconhecimento fez com que a mesma pudesse sair da condição de subalternizada a que foi historicamente condicionada e se organizar socialmente para assumir um protagonismo na luta coletiva em defesa de seus espaços territoriais, em prol de melhorias para todos, em face às novas oportunidades e conquistas.

Durante o processo de realização de entrevistas, um dos relatos de moradores que chamou bastante à atenção, refere-se a um momento crítico que ocorreu em 2015, durante um conflito entre moradores e a UFRB, quando os vigilantes da universidade foram até a comunidade a fim de impedir um mutirão organizado entre moradores para construção da sede da Associação ameaçando utilizar armas de fogo para impedir que os moradores prosseguissem com a ação. Entretanto, os mesmos se intimidaram quando alguns moradores começaram a registrar as ameaças com aparelho celular. Na época, alguns meios de comunicação locais noticiaram o ocorrido<sup>9</sup>.

Como se não bastassem as investidas da Universidade na tentativa de reduzir a área que foi previamente delimitada pela própria comunidade, tomando como base as áreas que eram utilizadas por seus antepassados para atividades

---

<sup>9</sup> A matéria estará reproduzida na íntegra na sessão de anexos desta pesquisa.

agrícolas, alguns moradores enfrentam ainda um processo judicial movido por um morador vizinho à comunidade, que deu entrada em uma ação judicial requerendo reintegração/manutenção de posse, pois o mesmo tenta ampliar uma estrada de terra que existe há muitos anos entre a comunidade e sua residência e, alegou nos autos do processo que perdeu a servidão de passagem na estrada que dá acesso à sua propriedade<sup>10</sup>. Entretanto, posso afirmar com veemência que o mesmo continua morando com sua família na referida residência e passando livremente todos os dias pelo local, pois utilizo da mesma estrada e meus familiares são réus do processo.

Apesar destes conflitos que continuaram existindo mesmo após o reconhecimento da comunidade quilombola, o acesso a terra, legitimado a partir desse reconhecimento, permitiu que a mesma pudesse conservar sua organização social, os modos de vida e a sua cultura e, hoje, garante a preservação da identidade étnico-racial e sua territorialidade, visto que trata-se de uma comunidade marcada pelas relações de parentesco e onde a transmissão dos costumes e da história ocorrem no seio familiar.

Atualmente os moradores da Vila Guaxinim podem emitir suas Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é um documento de identificação dos agricultores familiares e permite o acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Seguros e Comercialização da produção e ainda a direitos e Benefícios Sociais como, por exemplo, os benefícios especiais da Previdência Social, Aposentadoria Rural entre outros.

Na vila as mulheres estão sempre em maior número nas reuniões e eventos, participam dos mutirões da comunidade, se destacam na prática de atividades agrícolas, no sustento das famílias. Dos 14 estudantes inseridos no ambiente acadêmico, 13 são mulheres e são as principais lideranças da comunidade, exercendo inclusive a presidência e a vice-presidência da Associação de moradores.

Neste ponto, tomaremos o exemplo da principal liderança da comunidade atualmente, Miriam Feliciano (45 anos), mulher negra, mãe e avó, agricultora, graduada em Tecnologia em gestão de Cooperativas pela UFRB, coordenadora de

---

<sup>10</sup> A ação foi registrada na 16ª vara do Tribunal Regional Federal da 1ª região. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia também é Réu no processo.

mulheres no Núcleo de Desenvolvimento Quilombola do Território do Recôncavo, participa da Articulação Nacional dos Quilombos (ANQ) e é Chefe de divisão da Promoção da Cultura Negra, Educação e Saúde da Secretaria de Políticas Especiais do Município de Cruz das Almas-BA. Miriam está à frente da associação comunitária, na função de presidente, sempre buscando trazer benefícios para a comunidade, como cursos e oficinas, organizando os eventos que acontecem na Vila e se dedicando a elaborar projetos de geração de renda e qualificação profissional que possam sanar as demandas da comunidade, visando o desenvolvimento da mesma.

Na Vila, assim como em tantas outras comunidades, a mulher quilombola é símbolo de resistência, pois mesmo diante de tanta opressão, consegue desempenhar papéis fundamentais na organização social e comunitária.

A mulher quilombola é uma guerreira, cria seus filhos, preserva sua origem, é mãe e educadora e ainda preza pela sustentabilidade de suas comunidades. (SOUZA E ARAUJO, 2014 p. 13).

No entanto, apesar de desempenharem papéis centrais no que diz respeito à manutenção da família e em defesa da vida sustentável, essas mulheres têm ainda suas vidas marcadas por desigualdades pautadas por gênero, raça, cor, etnia e demais eixos de subordinação, uma vez que a divisão de gênero, que permeia as relações entre homens e mulheres na sociedade em geral, acarreta uma desvalorização e subalternização do papel feminino, inclusive dentro das comunidades quilombolas.

O racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW apud SOUZA E ARAUJO, 2014 p. 2).

Souza e Araújo (2014) afirmam que, apesar de muitas comunidades apresentarem fortes características matriarcais, muitas mulheres ainda permanecem submissas e dependentes do homem e cada dia mais se ausentam da participação política, por medo ou por acumularem diversas jornadas de trabalho.

A primeira jornada refere-se às atividades restritas à esfera privada, de organização da casa e cuidados com os familiares, as quais foram habituadas a realizar desde crianças. A segunda ocorre no desempenho do trabalho extradomiciliar, onde elas se sujeitam a condições de trabalho precárias e adversas, visando gerar o mínimo de renda para a sua família. Como terceira jornada de trabalho, as mulheres ainda cultivam alimentos e criam animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, para auxiliar no sustento familiar. (SOUZA E ARAUJO, 2014 p. 10).

É neste contexto difícil que se revela o protagonismo que a mulher quilombola exerce na organização e manutenção do quilombo, seja na organização das tarefas domésticas, na reivindicação de direitos como a permanência em seu território e o acesso às políticas públicas, no enfrentamento dos diversos preconceitos e desigualdades, assumindo as associações comunitárias, na preservação ambiental e cultural de suas comunidades entre outros.

Na Vila Guaxinim muitos jovens viviam em condições precárias e se encontravam sem perspectiva de vida desde a proibição de atividades agrícolas na comunidade, quando resolveram buscar alternativas de sobrevivência fora dela, submetendo-se muitas vezes a trabalhos exaustivos e mal remunerados e conseqüentemente, afastando-se das tradições comunitárias e principalmente da relação com a terra.

Diante deste cenário difícil, as lideranças comunitárias se dedicam a estimular a participação dos moradores e o surgimento de novas lideranças, principalmente entre os jovens e os estudantes universitários, pois estes são sempre incitados a participarem das reuniões, organizações de eventos, a dar seu depoimento em atividades dentro e fora da comunidade e a participar de conselhos municipais, para que possam somar forças na busca por melhores condições de vida para todos. Porém, a participação ativa é mais comum entre aqueles jovens que vivenciaram os conflitos da comunidade ou que estão inseridos no ambiente acadêmico. A mobilização entre estudantes universitários é muito importante, pois, a universidade caracteriza-se fundamentalmente como instituição que produz conhecimento e que através do tripé ensino-pesquisa-extensão, permite a transformação dos cidadãos, bem como da realidade em que ele atuará, logo estes têm a possibilidade de aplicar na comunidade os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico, acarretando uma série de transformações.

A inserção de jovens da comunidade na UFRB é uma importante ferramenta para a desconstrução da ideia de que a comunidade invadiu as terras da universidade, que é o que alguns professores e estudantes acreditam e reproduzem, sem no mínimo, buscar conhecer a realidade do conflito existente. Logo, quando um jovem quilombola, empoderado e consciente de sua condição, se insere no ambiente acadêmico, pode exercer seu lugar de fala, desconstruindo os rótulos que circulam entre professores e alunos da universidade e se afirmando perante a luta contra o racismo e o preconceito.

A comunidade conta hoje com um quantitativo de 14 estudantes universitários, sendo que 12 destes estão matriculados na própria UFRB e muitos acessaram este espaço por meio das políticas e ações afirmativas, como as cotas raciais, estabelecidas mediante a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e o decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, ou por meio da abertura de processos seletivos específicos para moradores das comunidades remanescentes dos quilombos ou indígenas aldeados, de que trata a Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 002/2018, como no caso da UFRB.

As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (PIOVESAN, 2005, p. 49).

A tabela a seguir, foi elaborada a partir de dados sobre o acesso e a conclusão do ensino superior em 2001 e 2012, de acordo com raça e faixa etária – disponíveis na publicação Situação Social da População Negra por Estado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)– e demonstra como o racismo e as desigualdades raciais no país são verdadeiros condicionantes do povo negro à condições de vida subalternas.

Tabela 2: População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (Em %)(Brasil, 2001)

<b>População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (%) (Brasil, 2001)</b>									
Escolaridade	18 a 24 anos			25 a 29 anos			Total		
	Branco s	Negro s	Tot al	Branco s	Negro s	Tot al	Branco s	Negro s	Tot al
Ensino superior	14,5	3,3	9,1	6,3	2,4	4,4	4,0	1,4	2,9
Ensino superior completo	2,0	0,4	1,2	9,0	1,9	5,7	8,1	1,8	5,3

Tabela 3: População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (Em %)(Brasil, 2012)

<b>População jovem, por cor ou raça e faixa etária, segundo condição de escolaridade (Em %) (Brasil, 2012)</b>									
Escolaridade	18 a 24 anos			25 a 29 anos			Total		
	Branco s	Negro s	Tot al	Branco s	Negro s	Tot al	Branco s	Negro s	Tot al
Ensino superior	22,4	9,7	15,3	11,6	6,4	8,8	5,7	3,3	4,5
Ensino superior completo	5,7	1,7	3,5	20,6	7,2	13,5	14,6	5,1	9,7

Os dados na tabela acima mostram que entre 2001 e 2012 houve uma elevação do número de jovens inseridos ou concluintes no ensino superior, independente da cor, isto pode ser resultado da política de expansão e reestruturação das universidades de ensino superior adotadas durante o governo Lula (2002-2010).

Houve uma redução da disparidade entre jovens brancos e negros inseridos ou que tenham concluído o ensino superior de 2001 para 2012, entretanto, podemos notar que mesmo com essa redução, em todas as faixas etárias, o número de jovens

brancos é sempre superior ao número de negros. Essa disparidade resulta das condições socioeconômicas a que o povo negro é submetido e que, acabam impactando inclusive no acesso à educação.

O processo de democratização do ensino superior por meio de reformas na educação teve início durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através da reestruturação das universidades públicas e continuidade durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o surgimento das políticas e dos programas governamentais de inclusão, expansão e democratização do ensino e que subsidiaram um acesso mais igualitário e uma permanência qualificada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), através de programas de políticas educacionais como o Programa Universidade Para Todos (ProUni<sup>11</sup>), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI<sup>12</sup>) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)<sup>13</sup>.

A democratização do ensino superior se fez necessário não apenas para as ações de acesso a universidade pública gratuita, como também garantir a permanência, reduzindo a desigualdades existentes, proveniente de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, que apresentam dificuldades concretas de avançar na sua vida acadêmica com êxito.

Segundo Silvas (2012), para além das ampliações das vagas e auxílios que subsidiam o acesso de pessoas de baixa renda, devemos considerar a questão racial como fundamental para que haja de fato uma democratização do ensino superior que permita uma educação de qualidade, ofertada nos princípios da justiça, igualdade e sem discriminação de raça/etnia.

Com isto, percebemos o quão crucial são as políticas afirmativas para a inclusão social dos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, pretos, pardos e indígenas em consonância com a lei 12.711 de

---

<sup>11</sup>Criado a partir da lei federal 11.096 de 1995 concede às instituições privadas isenções fiscais em troca da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes.

<sup>12</sup> Instituído a partir do decreto 6.096 de 2007, estabelece condições para o acesso e permanência na educação superior através da expansão da estrutura física acadêmica e pedagógica, aumento dos números de vagas de acesso à graduação e ampliação das ofertas de cursos noturnos.

<sup>13</sup>Instituído a partir do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, visa a igualdade de oportunidades entre todos os alunos e contribuir para a melhoria de seu desempenho acadêmico e prevenindo a situação da evasão decorrente da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção.

2012, pois estas operam sob a ótica da universalização dos direitos, ampliando as oportunidades de entrada desses grupos mais vulneráveis às instituições de ensino superior, dando-lhes condições de ascensão social por meio da promoção da igualdade de acesso à educação. Silvas afirma que,

Nesse sentido, a perspectiva de intensificação das políticas afirmativas de cotas ou equivalentes para a rede pública enquanto forma de incentivar e permitir aos alunos desta rede uma maior mobilidade social vem atuando no país em complementaridade com os programas do governo federal voltados para a educação superior. Embora não haja tempo para o aprofundamento desta discussão, que é complexa e longa, reafirma-se o reconhecimento da centralidade da questão da diversidade étnico-racial na discussão de uma política de educação superior amplamente democrática e inclusiva. (SILVAS, 2012, p.422)

Hoje todos esses estudantes universitários da Vila Guaxinim são beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência (PBP) do Ministério de Educação e Cultura (MEC), que garante auxílio financeiro aos Estudantes Indígenas e Quilombolas matriculados em cursos de graduação em instituições federais de ensino superior.

Logo, o Programa Bolsa Permanência é essencial para garantir a permanência e diplomação dos estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior, pois apesar de ser insuficiente no tocante às demandas étnico-raciais, visto que estas vão muito além das condições de vulnerabilidade social, garante que os estudantes tenham condições financeiras de permanecer na Universidade até a conclusão dos estudos. Sendo assim, é um grande estímulo para a ascensão social de diversos quilombolas espalhados pelo país e que hoje tem condições financeiras, através do Programa, para concluir o ensino superior.

Infelizmente o programa hoje vem sofrendo diversas modificações no que tange ao período de aberturas de editais, aos documentos comprobatórios que são exigidos durante a inscrição, entre outros. O congelamento dos gastos públicos e rumores de que o Programa teria atingido o teto orçamentário – justificativa do atual governo para a não abertura de inscrições para novos bolsistas– causou entre estudantes indígenas e quilombolas o temor de que o Programa possa ser extinto, anulando as condições de milhares de estudantes terem acesso a uma permanência qualificada e à conclusão do Ensino Superior.

Recentemente a comunidade foi recadastrada no CadÚnico como uma comunidade Quilombola. Esta foi uma luta importante para a comunidade que estava cadastrada com o endereço da comunidade vizinha, devido a um equívoco da Secretaria de Assistência Social do município, e representou uma vitória para os moradores, pois a inserção de comunidades Quilombolas no CadÚnico é uma forma de registrar as condições de vida e as demandas desses moradores, fornecendo informações necessárias aos diversos programas sociais para auxiliar na formulação de políticas públicas voltadas para este público.

De acordo com o decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o Cadastro Único para Programas Sociais- CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, ou seja, que dispõem de renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. O mesmo é utilizado para seleção de beneficiários e integração aos programas sociais do Governo Federal e reúne informações sobre a identificação e caracterização dos domicílios, a identificação e documentação civil de cada membro familiar, a sua escolaridade, participação no mercado de trabalho e seu rendimento.

Além da titulação das terras, a comunidade ainda apresenta muitas demandas a serem sanadas, como por exemplo, a ausência de serviços básicos como a distribuição de energia elétrica, água encanada e de esgotamento sanitário para todas as casas e que, tem sido a principal reivindicação dos moradores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Souza e Araújo (2014, p. 5), pesquisas feitas por órgãos do Governo Federal, Universidades e Instituições Nacionais e Internacionais apontam que em relação aos demais grupos étnicos “a população negra, em qualquer região do território nacional, apresenta as maiores taxas de analfabetismo, desemprego, doenças e baixa renda e, conseqüentemente, menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)”. Com isto, vemos como o reconhecimento de uma comunidade quilombola possibilita o acesso a uma diversidade de direitos, sendo assim, este reconhecimento é um importante propulsor no desenvolvimento de uma sociedade mais plural, inclusiva, justa e igualitária, onde as minorias possam ter melhores condições de vida e maiores oportunidades de acessar direitos.

Faz-se emergencial a adoção de medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnicorracial, que compromete não só a plena vigência dos direitos humanos, mas também a própria democracia no país – sob pena de termos democracia sem cidadania. Se no início deste texto acentuava-se que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, enfatiza-se agora que a violação desses direitos também o é. Ou seja, as violações, as exclusões, as discriminações, as intolerâncias, os racismos, as injustiças raciais são um construído histórico a ser urgentemente desconstruído, sendo emergencial a adoção de medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnico-racial. Há que se enfrentar essas amarras, mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade da população afrodescendente (PIOVESAN, 2005: p. 53).

Diante das transformações sociais ocorridas no interior da comunidade, podemos concluir que o reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo Vila Guaxinim contribuiu com a inclusão social dos moradores da comunidade, entretanto, a defesa e garantia de direitos das comunidades remanescentes de quilombo, assim como de diversos outros grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social depende antes de tudo de interesses políticos.

Diante do congelamento dos gastos públicos e das políticas de privilegiamento das classes mais abastadas, as minorias precisam estar cada vez mais atentas aos retrocessos que a direita quer consolidar, através da perda de

direitos constitucionalmente garantidos. São estratégias definidas para o condicionamento da população à ausência de recursos materiais capazes de garantir sua sobrevivência e a satisfação de necessidades básicas como, saúde, alimentação, habitação, educação e lazer.

Apesar do autoreconhecimento enquanto quilombola ser muitas vezes um processo complexo, como é o caso da Vila Guaxinim, a comunidade reconhece que o acesso a terra, garantido a partir do acionamento dessa identidade étnica, tem sido um importante instrumento de inclusão social e de construção da autonomia de cada um desses moradores. Agora, a comunidade tem a oportunidade de reescrever sua história, buscando através de capacitações, formações políticas e do acesso às políticas públicas alcançar a valorização do seu passado e do seu modo de vida, a reconstrução de sua autoestima e melhores condições de vida.

Gostaria de ressaltar, o caráter interseccional das questões de gênero, que perpassam inclusive as questões agrárias e étnicas e que tem ganhado cada vez mais espaço na agenda de políticas públicas, principalmente nas políticas voltadas para a população rural. Essas políticas têm reconhecido a importância e a centralidade do papel feminino nas comunidades, nas associações, nas famílias, nos empreendimentos familiares rurais, o que colabora com o empoderamento das mulheres no campo e conseqüentemente na redução das desigualdades de gênero.

O reconhecimento de uma comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP) é a porta de entrada para acesso a muitas políticas e um passo muito importante para legitimação e preservação destas. Entretanto, estar oficialmente reconhecida não assegura o fim da luta pela efetivação desses direitos. Prova disso é o fato de que mesmo cinco anos depois do seu reconhecimento, a Comunidade Vila Guaxinim ainda não possui a titulação de suas terras, o que acarreta insegurança para seus moradores, principalmente diante do atual cenário político, onde setores do legislativo e do executivo primam pelo retrocesso e negação de direitos em favor de privilégios para pequenos segmentos da sociedade e onde candidatos disseminam o ódio e a intolerância contra as minorias.

Por fim, gostaria de externar a alegria e o orgulho que me tomam ao finalizar este trabalho de conclusão de curso. Primeiro, por ser a primeira pessoa da família a

concluir o ensino superior , segundo, por ser uma descendente de funcionários que ajudaram a fundar esta Universidade e, por último, porque este trabalho representa uma afronta às elites dominantes que discriminam o povo negro e subestimam os quilombolas. Neste trabalho tive o prazer de apresentar-lhes a trajetória histórica da comunidade em que nasci, cresci e que atribuiu tantos significados à minha existência, e pude mostrar que a comunidade não é um reduto de invasores como muitos pensam, e, sim, um lugar de lutas, histórias, valores e muita resistência.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE CRUZALMENSE. **Cruz das Almas: a origem**. Disponível em: <<https://almanaquecruzalmense.wordpress.com/2015/09/07/cruz-das-almas-sua-origem/>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

BAHIA. Cruz das Almas. Disponível em: <<https://almanaquecruzalmense.wordpress.com/2015/09/07/cruz-das-almas-sua-origem/>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acessado em: 31 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acessado em: 28 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2012.

BENEDETTI, Adriane Cristina. **Luta por Reconhecimento e Construção de Identidade em Comunidades Quilombolas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 7, n. 2, maio/ago, 2014, p. 33-

42. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Rev-Agroeco\\_art-benedetti.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Rev-Agroeco_art-benedetti.pdf)>. Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

BAPTISTA, Karina Cunha. **O Diálogo dos Tempos. Memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros**. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. Quilombo de São José da Serra: as mudanças de datas festivas e a construção de identidade quilombola. In: 'Usos do Passado' — Encontro Regional de História, XII, Niterói, 2006. **Anais do XII Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 200601-08 p.

DIRETÓRIO ACADÊMICO LIVRE DE AGRONOMIA. **História da Escola de Agronomia da UFBA**. Disponível em:< <http://www.dala.ufba.br/historia.htm>>. Acessado em 12 de julho de 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 34ª. Edição.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2 ed. Belo Horizonte-BH: Autêntica. 2006. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=7NjLDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=A+mulher+negra+que+vi+de+pert+o:+o+processo+de+constru%C3%A7%C3%A3o+da+identidade+racial+de+professor+as+negras&ots=3aCpcy5KKT&sig=zv8JI6K4yKDvoAws1AnfZg4mLTM&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=7NjLDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=A+mulher+negra+que+vi+de+pert+o:+o+processo+de+constru%C3%A7%C3%A3o+da+identidade+racial+de+professor+as+negras&ots=3aCpcy5KKT&sig=zv8JI6K4yKDvoAws1AnfZg4mLTM&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

GRAÇA, Alessandra Santos da. **Estratégias de resistências: o caso da marisqueiras da comunidade quilombola Luziense**. In: 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia-SP: ANPOCS,2012. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt03-2/7852-estrategias-de-resistencia-o-caso-das-marisqueiras-da-comunidade-quilombola-luziense/file>>. Acesso em: 30 de novembro de 2017.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290980>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

INCRA. Quilombolas. **Etapas da Regularização Quilombola**. Disponível em: <<http://incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acessado em: 29 de agosto de 2018.

IPEA;SEPPPIR. **Situação Social Da População Negra Por Estado**. Brasília: IPEA, 2014. 115 p.

LIMA, Livia Ribeiro. **Quilombos e política de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência**. Dissertação (Pós-graduação em antropologia

Social)- Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Katia Regina Rodrigues; PRADO, Francisca Hayanne Saboia; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de. **Estado, Políticas Públicas, Contrarreforma e Acesso à Educação Superior no Governo Lula da Silva**. IV Jornada Internacional De Políticas Públicas, São Luiz/MA, p.1-10, ago/2011. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DE\\_EDUCACAO/ESTADO\\_POLITICAS\\_PUBLICAS\\_CONTRARREFORMA\\_E\\_ACESSO\\_A\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR\\_NO\\_GOVERNO\\_LULA\\_DA\\_SILVA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/ESTADO_POLITICAS_PUBLICAS_CONTRARREFORMA_E_ACESSO_A_EDUCACAO_SUPERIOR_NO_GOVERNO_LULA_DA_SILVA.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e os discursos sobre o processo de construção da identidade nacional e da identidade negra no Brasil. In: **Curso de formação de Professores na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2018. 24 p.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 296p. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. P. 43-55

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PORTARIA Nº 98, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007. INCRA: 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

PREFEITURA DE CRUZ DAS ALMAS. A cidade. Histórico. Disponível em: <<http://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/historia>>. Acessado em: 31 de agosto de 2018.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. **Pelejando e arrudiando. Processos educativos na afirmação de uma identidade negra em território quilombola: Baixa da Linha, Cruz das Almas - BA**. Tese (Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade) Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. . Disponível em:< <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/09/CARLOS-EDUARDO-CARVALHO-DE-SA> NTANA.pdf>. Acesso em: 27 de Julho de 2018.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, n. 10, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, XII, Bogotá, 2012, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

SILVAS, Juliana Alvarenga. O papel dos programas governamentais nos processos de expansão e democratização das universidades brasileiras. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p.396-427, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/164/93>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro**. ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. p.151-163. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/556/586>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

SOUZA, Patrícia Borba de; ARAÚJO Klariene Andrielly. **A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. In: XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2014, Paraíba-PB. Direitos, gênero e movimentos sociais II: Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 163 – 182. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/ficha/234.pdf>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

SOUZA, Sidmara Cristina de; BRANDÃO, André Augusto Pereira. Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Mucuri: um emaranhado de significados no processo de construção identitária. **O Social em Questão**, v 20, nº 37, p. 109 – 136, Jan - Abr, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Curso de graduação em Agronomia**. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/agronomia/curso>>. Acessado em 12 de julho de 2018.

WILLEMANN, Estela Martini. **Elementos de identidades para a atuação do Serviço Social em territórios negros**. Tempo e Presença: Ano 1 - Nº 2. Dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=48&cod\\_boletim=3&tipo=Artigos](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=48&cod_boletim=3&tipo=Artigos)>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Rio de Janeiro: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21, Outubro, 2003: 42-61.

## 7. ANEXOS

Matéria reproduzida de site da internet. Fonte: Cruz das Almas News/  
<https://www.cruzdalmasnews.com.br/2015/02/cruz-das-almas-ufrb-invade-territorio.html>



sábado, 7 de fevereiro de 2015



### Cruz das Almas: UFRB invade território quilombola



Moradores da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim, localizada no município de Cruz das Almas (Recôncavo da Bahia), denunciam uma ação repressiva da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no território do Quilombo – vizinho à Universidade.

Segundo os quilombolas, as ameaças partiram do Chefe da Coordenadoria de Serviços Operacionais da UFRB (CSO), Rodrigo de Souza, do chefe de Vigilância, Bartolomeu dos Santos Filho, e do coordenador da Fazenda Experimental do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Erivaldo de Jesus da Silva.

“O responsável pela vigilância autorizou em alto e bom som aos vigilantes o uso de arma de fogo, se alguém da comunidade se manifestasse”, afirmou uma moradora que prefere ter sua identidade preservada por medo de represálias.

A Comunidade Vila Guaxinim existe há aproximadamente um século, dividindo o espaço com a antiga Escola Agrícola da Bahia, depois Escola de Agronomia da UFBA e hoje UFRB, e com outra comunidade quilombola, a Baixa da Linha. Em 2011 foi realizado um estudo sócio antropológico do local, e encaminhado para a Fundação Palmares o pedido do processo de certificação de comunidade enquanto remanescente de quilombo. Em abril de 2013 a Palmares concedeu a certificação de quilombo à comunidade.

“Os conflitos aumentaram com a implantação da UFRB. Ações para proibir o plantio, construções, ou qualquer tipo melhoria nas condições de vida das famílias, inclusive espalhando vídeos chamando estas comunidades de invasoras, são feitos frequentemente”, desabafou outra moradora, que completou, “os moradores dessas comunidades nasceram, viveram e vivem nesses locais, e reivindicam o direito de continuarem nesse espaço”.

A UFRB se pronunciou, após longas tentativas para falar a respeito, através da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. “A PROPAAE sempre pautou sua atuação pelo respeito aos direitos individuais e coletivos. Com este princípio tem dialogado com as comunidades Quilombolas nas vizinhanças da UFRB. Acreditamos que este procedimento é o caminho mais adequado para a solução de questões fundiárias que envolvem a Instituição”, declarou Ronaldo Barros, pró-reitor.

De acordo com as informações da Revista Afirma tiva, a Reitoria e a direção do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, foram procuradas, mas não quiseram se pronunciar a respeito. \*Bocão News\*